

# RADAR TRABALHISTA

CPRT  
COMISSÃO DE  
POLÍTICA DE  
RELAÇÕES  
TRABALHISTAS

CBIC

Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC

Ano 3 – Número 145 – 04/05 a 08/05/2020

## Sumário

- ✘ Destaque da Semana
- ✘ Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)
- ✘ Notícias do Executivo
- ✘ Notícias do Ministério Público do Trabalho
- ✘ Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho
- ✘ Outras Notícias
- ✘ Atos Normativos
- ✘ Dados Estatísticos de Fiscalização

## Destaque da Semana

[Setores da Economia recebem orientações sobre saúde e segurança durante a pandemia](#)

Ministério da Economia (Trabalho) - 08/05/2020

Com o objetivo de orientar trabalhadores e empregadores para prevenir o contágio e a disseminação da covid-19, a Subsecretaria de Inspeção do Trabalho (SIT) da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia (Seprt-ME), produziu documentos com orientações às empresas de telesserviços, frigoríficos, [construção civil](#), postos de combustíveis, serviços de saúde, supermercados e para o setor rural.

Para ler na íntegra [clique aqui](#)



## Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

### [Partido pede afastamento de regularização do CPF como condição para recebimento do auxílio-emergencial](#)

Supremo Tribunal Federal - 05/05/2020

O Partido dos Trabalhadores (PT) ajuizou no Supremo Tribunal Federal (STF) a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) [6409](#), com o objetivo de afastar a necessidade de regularidade do CPF do beneficiário do auxílio-emergencial junto à Receita Federal, além de indicação do CPFs dos dependentes e da possibilidade de retorno destes valores à União após o prazo de 90 dias.

### [Movimento formado por poucos trabalhadores é considerado protesto, e não greve](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 07/05/2020

A Seção Especializada em Dissídios Coletivos (SDC) do Tribunal Superior do Trabalho considerou mero protesto, e não greve, a paralisação de cerca de meia hora realizada por um pequeno grupo de empregados da Via Verde Transportes Coletivos Ltda., concessionária de transporte público em Manaus (AM). Com esse entendimento, o colegiado rejeitou recurso do Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros do Estado do Amazonas (Sinetram), que insistia na declaração da abusividade do movimento.

### [CSJT consolida medidas adotadas na Justiça do Trabalho para enfrentamento da pandemia](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 05/05/2020

A direção do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) editou, nesta terça-feira (5), o [Ato Conjunto CSJT.GP.VP e CGJT 6/2020](#), que consolida e uniformiza as diversas medidas adotadas no âmbito da Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus, a fim de prevenir o contágio pelo novo coronavírus e garantir o acesso à justiça, como o trabalho remoto temporário, o funcionamento dos serviços judiciários não presenciais e a realização de sessões de julgamento telepresenciais.

### [Sessões telepresenciais: página no Portal do TST reúne informações e tutoriais](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 05/05/2020



## Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

O Portal do Tribunal Superior do Trabalho passa a contar agora com uma página que reúne todas as informações sobre as sessões telepresenciais. Os julgamentos por meio de videoconferência estão sendo adotados pelo Tribunal após a suspensão das sessões presenciais, em razão da pandemia da Covid-19.

### [Testemunha que tem ação contra o mesmo empregador não é considerada suspeita](#)

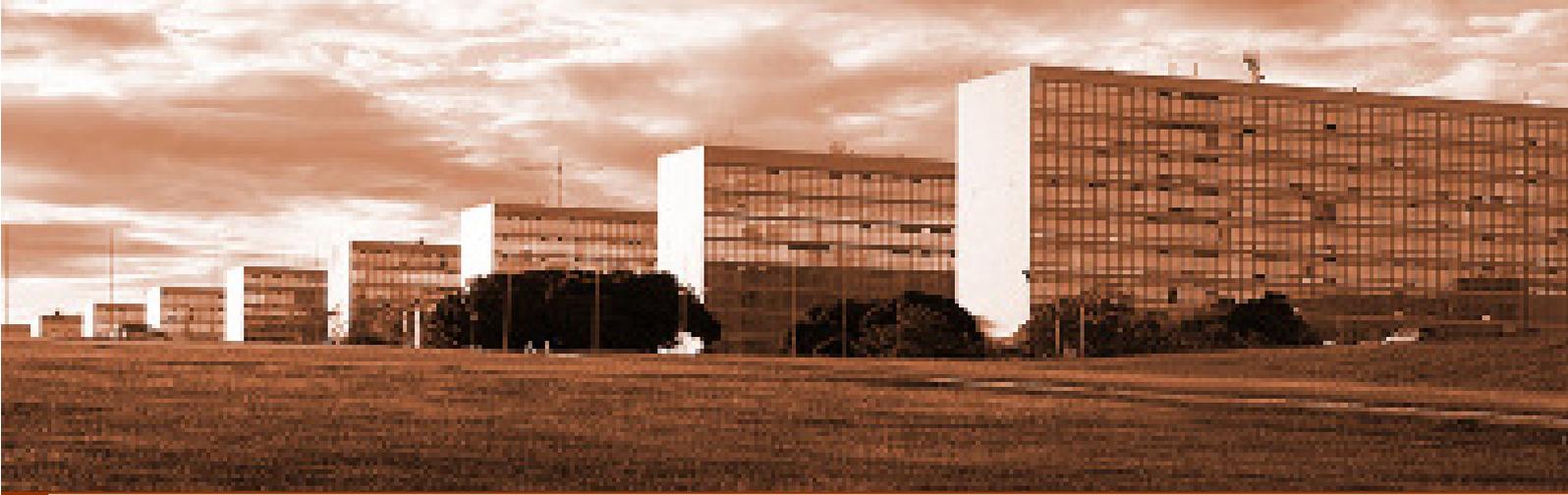
Tribunal Superior do Trabalho - 04/05/2020

Um empregado da Pontes & Arruda Lingerie Ltda., microempresa de Aracaju (SE), conseguiu o direito de ver a ação trabalhista que move contra a ex-empregadora ir a julgamento pelo Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região. O TRT havia considerado suspeita a única testemunha apresentada por ele porque também havia ajuizado ação contra a Pontes, com os mesmos pedidos. Todavia, para a Quarta Turma do Tribunal Superior do Trabalho, essa circunstância não torna suspeita a testemunha.

### [Tema do mês da Biblioteca traz artigos sobre Covid-19 e relações de trabalho](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 04/05/2020

O Tema do Mês de maio da Biblioteca Délio Maranhão, do Tribunal Superior do Trabalho, é a Covid-19 e as relações de trabalho. A Biblioteca oferece mensalmente uma pequena bibliografia selecionada a partir do assunto previamente escolhido pela Comissão de Documentação do TST entre temas de destaque no debate jurídico contemporâneo. Clique [aqui](#) para acessar os documentos e selecionar os de interesse, que serão enviados por e-mail.



## Notícias do Executivo

### [Ferramenta digital permite autoavaliação trabalhista de empresas brasileiras](#)

Ministério da Economia (Trabalho) - 07/05/2020

[Ferramenta digital](#) elaborada pela Subsecretaria de Inspeção do Trabalho (SIT), da Secretaria de Trabalho (Strab), órgão da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia (Septr), permite que as empresas avaliem o cumprimento da legislação trabalhista em suas instituições. No ar desde terça-feira (5), o serviço, gratuito e opcional, traz como primeiro autodiagnóstico disponível a prevenção e combate à Covid-19 nos ambientes de trabalho.

### [Empregados já podem verificar sobre pagamento do BEm na Carteira de Trabalho Digital](#)

Ministério da Economia (Trabalho) - 05/05/2020

Já é possível aos empregados verificar na Carteira de Trabalho Digital as informações sobre o pagamento do Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda (BEm), criado para enfrentar os efeitos econômicos da pandemia da covid-19. Para ter acesso aos dados, os trabalhadores devem consultar a aba de benefícios, em que haverá um quadro acima das respectivas áreas para seguro-desemprego e abono salarial.

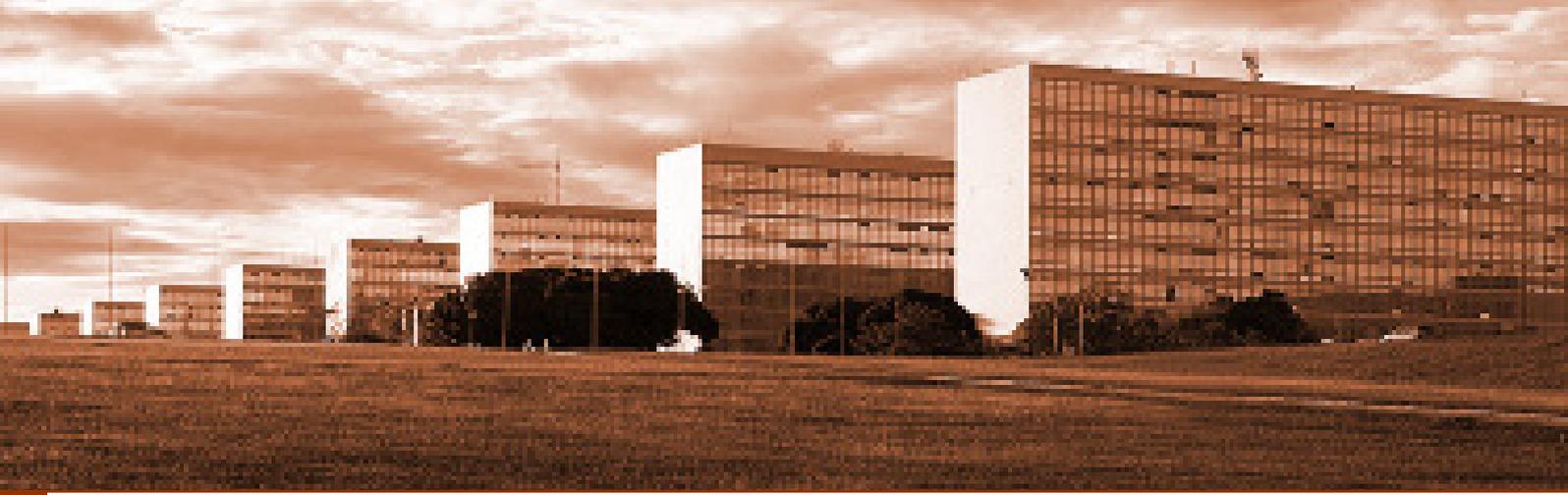
### [Benefício Emergencial começa a ser pago aos trabalhadores com carteira assinada](#)

Ministério da Economia (Trabalho) - 04/05/2020

O Governo Federal, por meio do Ministério da Economia, disponibiliza o Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e Renda (BEm) para trabalhadores com carteira assinada que tiveram seus ganhos reduzidos em função da pandemia de Covid-19. O processamento dos pagamentos será feito pelo Banco do Brasil (BB) e pela CAIXA e será pago por até três meses, tendo seu início a partir do dia 4.

### [Nova assistente virtual do INSS esclarece dúvidas do cidadão](#)

Ministério da Economia (Previdência) - 08/05/2020



## Notícias do Executivo

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) disponibiliza, a partir de hoje (07), uma novidade: a assistente virtual Heloísa – ou simplesmente Helô – que pode ser acessada pelo [Meu INSS](#), site e aplicativo. Por meio do serviço, segurados e cidadãos em geral podem conversar com a assistente virtual e tirar dúvidas sobre como acessar as funcionalidades do Meu INSS, além de informar sobre os serviços do órgão.

### [Canpat 2020 reforça importância da saúde e da segurança no ambiente de trabalho](#)

Fundacentro - 04/05/2020

Lançada em 28 de abril, a Campanha Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho (Canpat) 2020 vai reforçar a importância de ações de prevenção de saúde e segurança no trabalho, especialmente neste cenário de pandemia da covid-19. A data escolhida para o lançamento tem grande simbolismo: marcam o Dia Mundial da Segurança e Saúde no Trabalho e também o Dia Nacional em Memória das Vítimas de Acidentes e Doenças do Trabalho.

## Notícias do Ministério Público do Trabalho

### [MPT lança campanha de conscientização sobre uso de máscaras](#)

Ministério Público do Trabalho - 06/05/2020

“Use máscara. Ela protege você. E você protege todo mundo”, esta é a mensagem contida nas peças da campanha nacional que começa a circular nas redes sociais do Ministério Público do Trabalho (MPT) nesta quarta-feira, 6 de maio. A iniciativa visa estimular a utilização de máscaras caseiras, deixando assim as máscaras cirúrgicas (EPIs com certificado) para profissionais de saúde.

### [Número de inquéritos civis do MPT relativos à Covid-19 cresce 147% em um mês](#)

Ministério Público do Trabalho - 05/05/2020

O total de inquéritos civis instaurados pelo Ministério Público do Trabalho para apurar violações trabalhistas relativas à Covid-19 chegou a 2400 nesta segunda-feira, 4 de maio. O número é quase 147% maior do que o divulgado no levantamento publicado há um mês, no dia 3 abril, quando havia 972 inquéritos civis abertos. As denúncias também cresceram neste período, e já somam 11.860, enquanto eram 5806 naquela data.

### [Justiça proíbe atividades da construção civil em Sergipe durante período de distanciamento social](#)

Ministério Público do Trabalho - 05/05/2020

Foi deferida liminar, pela Justiça do Trabalho, em ação civil pública que pleiteia a suspensão imediata das atividades da construção civil em Sergipe enquanto durar o distanciamento social (ampliado ou seletivo) determinado pelas autoridades. Deverão ser afastados do trabalho todos os trabalhadores, incluindo aprendizes, estagiários, autônomos, dentre outros. A tutela de urgência na ACP, deferida nesta segunda-feira (4), contra o Sindicato da Indústria da Construção Civil (Sinduscon) e abrangendo todas as construtoras do Estado, foi decorrência de ação ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho em Sergipe (MPT-SE), Ministério Público Federal em Sergipe (MPF-SE) e pelo Ministério Público de Sergipe (MP-SE). A ação tramita na 3ª Vara do Trabalho de Aracaju.

# Auditor Fiscal do Trabalho

## Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

### [Covid-19: Superintendências criam canais remotos de atendimento à sociedade](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 08/05/2020

Diante da pandemia da Covid-19 e da necessidade de manter a atuação da Inspeção do Trabalho e de outros serviços essenciais à população, as Superintendências Regionais do Trabalho – SRTs criaram canais remotos de atendimento. Trabalhadores, empregadores e a sociedade em geral podem enviar assim sugestões para atuação da Fiscalização do Trabalho, questionamentos sobre as regras trabalhistas e denúncias em relação à exploração, abusos e falta de Equipamentos de Proteção Individual – EPIs.

### [Em reunião, SINAIT, deputados e sindicalistas traçam estratégias para votação da MP 936-20](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 06/05/2020

O presidente do SINAIT, Carlos Silva, participou de uma reunião virtual na manhã desta quarta-feira, 6 de maio, para tratar das estratégias da votação da Medida Provisória - MP 936/20 na Câmara dos Deputados. Participaram da reunião o relator da MP 936, Orlando Silva (PCdoB-SP), os deputados José Guimarães (PT-CE) e Carlos Zarattini (PT-SP), a assessoria da Minoria na Câmara, representantes das centrais sindicais e de entidades de classe.



## Outras Notícias

### [STF reafirma que Justiça do Trabalho não pode processar e julgar ações penais](#)

Consultor Jurídico - 09/05/2020

A Justiça do Trabalho não tem competência para processar e julgar ações penais. O entendimento foi firmado pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal em julgamento virtual finalizado nesta sexta-feira (8/5). No julgamento virtual, por maioria de 8 votos, o colegiado seguiu Gilmar Mendes, que apontou um confronto de textos. Gilmar propôs dar interpretação conforme à Constituição para afastar qualquer interpretação que entenda competir à Justiça do Trabalho processar e julgar ações penais.

### [Prescrição de férias atrasadas começa no término do período concessivo](#)

Consultor Jurídico - 05/05/2020

O prazo prescricional em relação a férias se inicia a partir do término do período concessivo. Com esse entendimento, a 3ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho determinou o pagamento em dobro das férias de uma monitora de creche que somente recebeu os valores devidos após o fim do descanso.

### [Coronavírus justifica suspensão temporária de acordo trabalhista, diz juiz](#)

Consultor Jurídico - 05/05/2020

O magistrado [argumentou](#) que o artigo 775, parágrafo 1 da CLT (Decreto Lei 5.452/43) prevê a possibilidade de prorrogação dos prazos acordados, “pelo tempo estritamente necessário, nas seguintes hipóteses: I — quando o juízo entender necessário; II — em virtude de força maior, devidamente comprovada”.

### [TRT-12 suspende reintegração de trabalhadores demitidos em razão da epidemia](#)

Consultor Jurídico - 04/05/2020

As dispensas imotivadas individuais ou coletivas equiparam-se para todos os fins, não havendo necessidade de autorização prévia de entidade sindical ou de celebração de convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho para sua efetivação, conforme o disposto no artigo 477-A da CLT.



## Atos Normativos

[PORTARIA CONJUNTA Nº 3, DE 5 DE MAIO DE 2020](#) (DOU 06/05/2020 Seção I Pág. 05) - Dispõe sobre a antecipação do benefício de prestação continuada prevista no art. 3º da Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020;

[PORTARIA CARF Nº 189, DE 4 DE MAIO DE 2020](#) (DOU de 06/05/2020 Seção I Pág. 21) - Autoriza, em decorrência da pandemia de COVID-19, a realização de sorteio de processos para os conselheiros do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF fora do ambiente de sessões presenciais de julgamento;

[PROVIMENTO CRPS Nº 3, DE 5 DE MAIO DE 2020](#) (DOU de 06/05/2020 Seção I Pág. 47) - Disciplina o fluxo de procedimentos, no âmbito do Conselho de Recursos da Previdência Social - CRPS, para análise e julgamento dos recursos administrativos relacionados ao benefício assistencial de prestação continuada devido às pessoas com deficiência - BPC/LOAS-Deficiente (Código B-87);

[PORTARIA INSS Nº 374, DE 5 DE MAIO DE 2020](#) (DOU de 06/05/2020 Seção I Pág. 52) - Dispõe sobre os procedimentos a serem aplicados com a alteração da Lei Orgânica da Assistência Social pela Lei nº 13.982, de 2020, e cumprimento de Ação Civil Pública;

[PORTARIA INSS Nº 574, DE 4 DE MAIO DE 2020](#) (DOU de 06/05/2020 Seção I Pág. 52) - Autoriza a análise de processos de reconhecimento inicial de direitos e de revisão de benefícios, com prazo igual ou superior à 45 (quarenta e cinco) dias, no âmbito do Programa Especial para Análise de Benefícios com Indícios de Irregularidade, instituído pela Lei nº 13.846, de 18 de junho de 2019;

[RESOLUÇÃO CCFGTS Nº 959, DE 5 DE MAIO DE 2020](#) (DOU 07/05/2020 Seção I Pág. 183) - Referenda as Resoluções nº 957 e nº 958, de 24 de abril de 2020, editadas ad referendum do Conselho Curador do FGTS;

[RESOLUÇÃO CCFGTS Nº 960, DE 5 DE MAIO DE 2020](#) (DOU de 07/05/2020 Seção I Pág. 183) - Revoga a Resolução nº 78, de 1992, que trata da emissão dos extratos aos trabalhadores;

[RESOLUÇÃO CCFGTS Nº 961, DE 5 DE MAIO DE 2020](#) (DOU de 07/05/2020 Seção I Pág. 183) - Estabelece regra, excepcional e transitória, para os parcelamentos de débitos do FGTS, e altera a Resolução CCFGTS nº 940, de 2019, que estabelece normas para parcelamento de débito de contribuições devidas ao FGTS;



## Atos Normativos

[RESOLUÇÃO CCFGTS Nº 963, DE 5 DE MAIO DE 2020](#) (DOU de 07/05/2020 Seção I Pág. 184) - Regulamenta a suspensão temporária de pagamentos relativos a financiamentos para saneamento básico;

[ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 32, DE 2020](#) (DOU de 08/05/2020 Seção I Pág. 02) - Estabelece a prorrogação por sessenta dias da Medida Provisória nº 927, de 22 de março de 2020, publicada, em Edição Extra, no Diário Oficial da União, no mesmo dia, mês e ano, que "Dispõe sobre as medidas trabalhistas para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19), e dá outras providências;

[ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 33, DE 2020](#) (DOU de 08/05/2020 Seção I Extra Pág. 02) - Estabelece a prorrogação por sessenta dias da Medida Provisória nº 928, de 23 de março de 2020, publicada, em Edição Extra, no Diário Oficial da União, no mesmo dia, mês e ano, que "Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, e revoga o art. 18 da Medida Provisória nº 927, de 22 de março de 2020;

[PORTARIA SEPRT Nº 11.347, DE 6 DE MAIO DE 2020](#) (DOU de 08/05/2020 Seção I Pág. 125) - Estabelece os procedimentos e os requisitos técnicos para avaliação de Equipamentos de Proteção Individual - EPI e emissão, renovação ou alteração de Certificado de Aprovação - CA e dá outras providências. (Processo nº 19966.100406/2020-63);

[PORTARIA SEPRT Nº 11.503, DE 7 DE MAIO DE 2020](#) (DOU de 08/05/2020 Seção I Pág. 139) - Revoga o § 1º do art. 4º da Portaria nº 3, de 26 de janeiro de 2015, que dispõe sobre os procedimentos para emissão de Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) para brasileiros. (Processo nº 19964.104667/2020-72);

[PORTARIA SEPRT Nº 11.513, DE 7 DE MAIO DE 2020](#) (DOU de 08/05/2020 Seção I Pág. 139) - Dispõe sobre a localização das Gerências Regionais do Trabalho e das Agências Regionais das Superintendências Regionais do Trabalho, com as respectivas vinculações administrativas, e desativação de Agências Regionais;



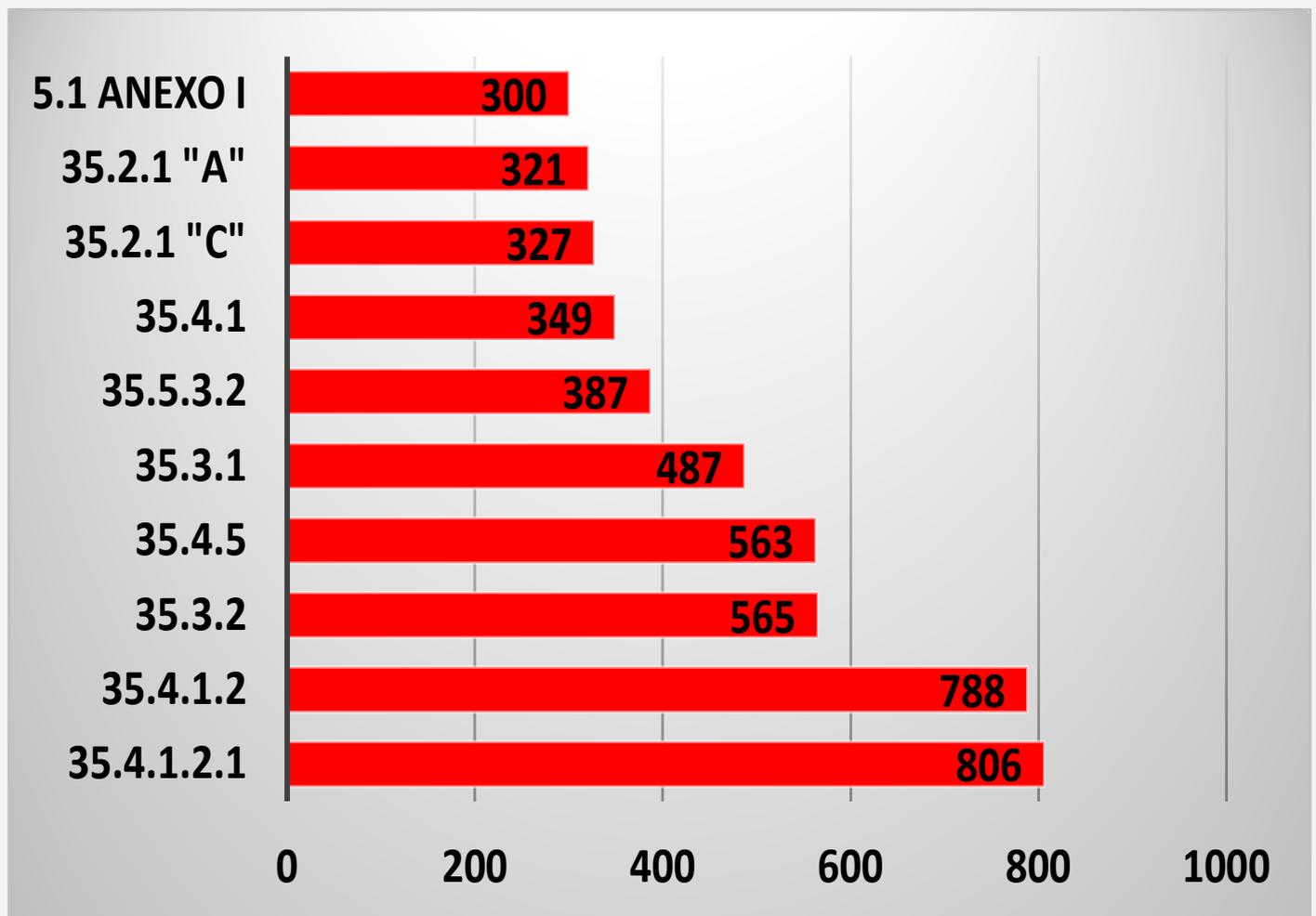
## Atos Normativos

[DECRETO Nº 10.342, DE 7 DE MAIO DE 2020](#) (DOU de 08/05/2020 Seção I Extra Pág. 01) - Altera o Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020, que regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais;



## Dados estatísticos de Fiscalização

Os 10 (dez) itens da Norma Regulamentadora n.º 35 (Trabalho em Altura) mais capitulados como “Irregular (Autuação)” durante a fiscalização do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) na Indústria da Construção (CNAEs 41, 42 e 43) no período de 2012 a 2017:



Fonte: Sistema Federal de Inspeção do Trabalho - SFIT/ME

## Dados estatísticos de Fiscalização

Irregular (Autuação) : É uma rubrica utilizada pela fiscalização do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) para contabilizar os itens da legislação trabalhista (CLT ou Segurança e Saúde no Trabalho) que foram capitulados nos autos de infração lavrados em desfavor das empresas durante a ação de fiscalização realizada pelos Auditores Fiscais do Trabalho. Esse quantitativo não está atrelado obrigatoriamente ao número de “notificações” ou “regularizados na ação fiscal” realizadas pela auditoria fiscal do Ministério da Economia. Os atos fiscais do ME são assim contabilizados: RF 1 - Regular; RF 2 - Regularizado na Ação Fiscal; RF 3 - Irregular (autuação); RF 4 - Notificado; RF 5 - Embargo; RF 6 - Levantamento de Embargo; RF 7 - Interdição; RF 8 - Levantamento de Interdição.

35.4.1.2.1 A aptidão para trabalho em altura deve ser consignada no atestado de saúde ocupacional do trabalhador.

35.4.1.2 Cabe ao empregador avaliar o estado de saúde dos trabalhadores que exercem atividades em altura, garantindo que:

- medidas para evitar o trabalho em altura, sempre que existir meio alternativo de execução;
- medidas que eliminem o risco de queda dos trabalhadores, na impossibilidade de execução do trabalho de outra forma;
- medidas que minimizem as consequências da queda, quando o risco de queda não puder ser eliminado.

35.4.5 Todo trabalho em altura deve ser precedido de Análise de Risco.

35.3.2 Considera-se trabalhador capacitado para trabalho em altura aquele que foi submetido e aprovado em treinamento, teórico e prático, com carga horária mínima de oito horas, cujo conteúdo programático deve, no mínimo, incluir:

35.3.1 O empregador deve promover programa para capacitação dos trabalhadores à realização de trabalho em altura (Dispositivo revogado pela Portaria nº 915/2019).

35.5.3.2 O trabalhador deve permanecer conectado ao sistema de ancoragem durante todo o período de exposição ao risco de queda.

35.4.1 Todo trabalho em altura deve ser planejado, organizado e executado por trabalhador capacitado e autorizado.

35.2.1 Cabe ao empregador:

- desenvolver procedimento operacional para as atividades rotineiras de trabalho em altura;

35.2.1 Cabe ao empregador:

- garantir a implementação das medidas de proteção estabelecidas nesta Norma;

5.1 Anexo I Além das condições impeditivas identificadas na Análise de Risco, como estabelece o item 35.4.5.1, alínea “j” da NR-35, o trabalho de acesso por corda deve ser interrompido imediatamente em caso de ventos superiores a quarenta quilômetros por hora.

Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

José Carlos Martins

Presidente

Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)

Fernando Guedes Ferreira Filho

Presidente da CPRT

Gilmara Dezan

Supervisora de Projetos e Assessora da CPRT

Queiroz Neto Advocacia & Políticas Públicas

Clovis Veloso de Queiroz Neto

Consultor CBIC e Responsável Técnico